

## **A Virada Literária: passado, presente e futuro nas ciências humanas e sociais<sup>1</sup>**

### **The Literary Turn: past, present and future in the human and social sciences**

GUSTAVO VARGAS COHEN

Doutor em Letras/Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), mestrado em Letras/Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003), licenciatura em Letras/Língua Inglesa e Literaturas Correspondentes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/São José do Rio Preto.  
[gustavocohen.ufrgs@yahoo.com](mailto:gustavocohen.ufrgs@yahoo.com)

#### **RESUMO**

O objetivo da pesquisa é apresentar e discutir as alterações estilísticas ocorridas em textos científicos em várias áreas das ciências humanas nas últimas décadas. Destacam-se as transições da objetividade para a subjetividade que afetaram, e ainda afetam, os estudos qualitativos, e revelam as mudanças na tônica narrativa que assinalam a virada literária. Termos operacionais relevantes como subjetividade e os limites de sua possibilidade e os desafios da conceituação de pós-modernidade são abordados de maneira crítica. Dentre os autores que deram base à pesquisa destacam-se Hyvarinen (2010) e Strikwerda (1998). Buscou-se delinear brevemente o passado e o presente da virada literária nas ciências humanas e sociais, destacando-se alguns pontos de significância notória, reportando-se argumentos contrários e favoráveis, e trazendo condições para permitir vislumbrar o seu futuro. Conclui-se que o destino da virada literária está atrelado ao destino do movimento pós-moderno.

**Palavras-chave:** Virada literária. Estudos qualitativos. Narrativa. Subjetividade. Pós-modernismo.

#### **ABSTRACT**

The aim of this research is to present and discuss the stylistic changes that have occurred in scientific texts in various areas of the human sciences in recent decades. The transitions from objectivity to subjectivity that have affected, and continue to affect, qualitative studies are highlighted, and the changes in narrative tone that mark the literary turn are revealed. Relevant operational terms such as subjectivity and the limits of its possibility and the challenges of conceptualizing postmodernity are critically addressed. Among the authors who provide the basis for the research are Hyvarinen (2010) and Strikwerda (1998). By briefly outlining the past and the present of the literary turn in the human and social sciences, some points of notable significance have been highlighted, arguments for and against have been reported, and conditions to allow a glimpse of its future have been provided. The conclusion is that the fate of the literary turn is linked to the fate of the postmodern movement.

**Keywords:** Literary turn. Qualitative studies. Narrative. Subjectivity. Postmodernism.

#### **Introdução**

---

<sup>1</sup>Recebido em agosto de 2024. Aceito em novembro de 2024.

A virada literária, nesta altura, não é mais novidade. Possui mais de meio século. Também conhecida como virada ‘narrativa’ ou virada ‘desconstrutivista’; a (aqui referida apenas como) virada literária nada mais é do que a incorporação do pós-modernismo na produção científica acadêmica. Aquela mesma produção tradicionalmente marcada por sua insistência acentuada na objetividade e na imparcialidade.

Atualmente, a própria definição básica de objetividade revela que não existe ciência impessoal ou imparcial (Reynolds, 2018). Portanto, é a busca pela fugidia impessoalidade que leva à exigência de revisão por pares antes da publicação de resultados de pesquisa na grande maioria das revistas acadêmicas sérias. Graças a essa busca, a revisão por pares alcança um status quase mítico como marca de respeitabilidade científica (Merton, 1973). As ciências humanas e sociais, com sua grande ênfase na produção qualitativa, por sua própria natureza, não desfrutam do mesmo conforto com dados quantitativos que o fazem as ciências exatas e naturais. E tampouco possuem adaptações para fazerem uso das mesmas ferramentas metodológicas.

A questão, portanto, é a impossibilidade da impessoalidade. Não importa o quão objetivo um indivíduo seja, ou tente ser, seres humanos são, por padrão, subjetivos. O simples fato de se viver em uma sociedade resulta na inevitável influência do *zeitgeist*<sup>2</sup> que não pode ser removida ou evitada. Embora um estado de quase-objetividade possa ser alcançado, a objetividade completa não é possível. Até mesmo o procedimento de coleta de dados pode adquirir conotação política (Reiss; Sprenger, 2020). Perspectivas particulares, preconceitos comunitários, e/ou interesses pessoais, são alguns dos fatores influenciadores. Por esses motivos, o caso da impessoalidade, no coração do ideal da objetividade, tendo sido repetidamente criticado na filosofia da ciência, em especial na metade do século XX, não mais é questionado se é possível, e sim, se é desejável.

À medida que a objetividade modernista enfraquece, a reação pós-modernista se fortalece. O pós-modernismo começa justamente ao questionar os pressupostos filosóficos de racionalidade e de verdade universal. Ele enfatiza que o conhecimento é indispensavelmente carregado de valores e que a realidade se baseia em múltiplos pontos de vista. Com essas perspectivas, a verdade passa a ser fundamentada na vida cotidiana, o que envolve necessariamente interações sociais entre indivíduos. O contexto extratextual, portanto,

---

<sup>2</sup> A palavra alemã *zeitgeist* carrega consigo, de acordo com o contexto, os significados de ‘espírito’ e de ‘mente’. O primeiro significado pode carregar conotações religiosas, mas é no segundo significado, aquele que descreve o lado mental e intelectual de nosso ser, distinguindo-o do lado físico, que sua compreensão auxilia o presente texto. Para Hegel, o termo em alemão carrega ambos os significados simultaneamente, o que faz com que ele sugira uma mente coletiva abrangente que representa uma força ativa através da história (REINELT, 2013).

desempenha um papel crucial na nova construção social da realidade e também na epistemologia. A crítica ao paradigma modernista (ou positivista/empírico/racional) não só se baseia no conceito de representação social, como também explica a sua própria limitação ao reconhecer que as histórias contadas por meio da linguagem são constitutivas da realidade (Mitchell; Egudo, 2003).

O pós-modernismo nasce enquanto movimento intelectual, desafiando vários dos temas dos movimentos anteriores, dentre eles o potencial da razão humana para abordar qualquer verdade essencial das condições físicas e sociais e, assim, torná-las passíveis de controle racional. Os princípios primários do movimento pós-moderno incluem: uma elevação do texto e da linguagem como fenômenos fundamentais da existência, a aplicação da análise literária a uma multiplicidade de fenômenos, um questionamento da realidade e da representação, uma crítica às metanarrativas, um argumento contra o método e a avaliação tradicionais, um foco nas relações de poder e na hegemonia, e uma crítica geral das instituições e do conhecimento ocidentais (Kuznar, 2008).

As consequências desses princípios podem ser sentidas em uma nova retórica que sugere mudanças significativas na prática de diversos campos de investigação com reflexo em suas respectivas teorizações. O texto científico passa paulatinamente a ser representado pelo meio qualitativo da narrativa, enfatizando a ação, a reflexão intelectual e/ou a experiência emocional do pesquisador, desde a angústia até o deleite da descoberta (Hyvärinen, 2010).

A investigação qualitativa passa a ter uma atitude interdisciplinar relativamente aberta e um forte sentimento de solidariedade. A abordagem narrativa torna-se cada vez mais integrada à perspectiva do construcionismo social e, ao fazê-lo, assume uma atitude cada vez mais crítica em relação ao chamado 'realismo', herança dos estudos biográficos tradicionais. O construcionismo social é uma teoria do conhecimento que sustenta que características normalmente consideradas imutáveis e exclusivamente biológicas, como gênero, raça, classe, habilidade e sexualidade, são produtos da definição e interpretação humana moldadas por contextos culturais e históricos (Kang et al., 2017). A virada literária se consolida associando o avanço do conhecimento especializado científico aos poderes de formação de sensibilidade da forma literária.

O objetivo presente é delinear uma breve exposição do passado e do presente da virada literária nas ciências humanas e sociais, destacar alguns pontos de significância notória, reportar argumentos contrários e favoráveis, e trazer condições para permitir vislumbrar o seu futuro.

## **Ventos Pós-Modernistas I: As Origens da Virada Literária**

É importante salientar que não existe apenas um poder causal autoevidente para explicar a gênese da virada literária, e sim há a necessidade de compreender uma série de interdependências e caminhos complexos para sua inspiração. Ela não é única; ao contrário, é uma entre várias mudanças disciplinares (a análoga congênere ‘virada linguística’ destinava-se a oferecer uma nova atenção à importância da linguagem no pensamento, na filosofia e na cultura em geral; o vizinho *New Journalism* de Tom Wolfe e de Gay Talese, incluindo sua forma mais radical com Truman Capote ‘A Sangue Frio’, tiveram seus quinze minutos de fama). Além do mais, a virada literária deve ser considerada de maneira ampla, em seus aspectos intelectuais e socioculturais.

Historicamente há debates entre as orientações ‘realista’ e ‘construcionista-narrativa.’ A maior parte dos debates ocorreram, entretanto, no campo dos ‘estudos auto/biográficos’. O século XX termina trazendo novos conceitos que começam gradualmente a transformar hierarquias conceituais. Uma nova terminologia própria entra em vigor, observando veneravelmente o conceito de identidade.

Para entender o conceito de ‘identidade’ associado à virada literária é crucial entender o conceito de ‘experiência’ conforme descrito na psicanálise e nas abordagens fenomenológicas e existenciais da filosofia. Na filosofia, Edmund Husserl e Martin Heidegger ajudam a recuperar o conceito de experiência trazendo para junto o adjetivo ‘vívida’ e assim o enxergam como objeto de reflexão filosófica. A experiência vívida então passa a ser objeto de preocupação em outras disciplinas, como a crítica literária e os estudos culturais e, não menos importante, suscitando por vezes uma orientação etnográfica na investigação (LaCapra, 2004). Passa a ser então uma preocupação crucial em vários estudos das ditas ‘minorias’ no intuito de elucidar não só a experiência vívida como também os possíveis modos de agência dos oprimidos. A experiência vívida é, portanto, central para a questão da identidade, quer seja vista como unificada (ou pelo menos como tendo um núcleo) ou como radicalmente dividida, fragmentada, descentralizada e disseminada.

Nas últimas décadas é possível perceber esforços para transformar a investigação qualitativa, recorrendo-se a recursos de fontes imaginativas como a literatura e a arte. Isto é tão verdade que produtos da investigação qualitativa não se restringem a relatos escritos, pois, há muito, antropólogos tem utilizado fotografias e produzido filmes etnográficos. Por sua vez, tensões nas ciências sociais vêm encorajando a utilização de tais recursos. Esta variação nos formatos empregados na pesquisa qualitativa é consequência direta da influência das artes e

das humanidades (mesmo aquiescendo que as ciências naturais tenham servido como modelo predominante durante grande parte do século XX). A partir da década de 1980, alguns dos pesquisadores que privilegiam a investigação qualitativa começam a adotar formas explicitamente mais ‘experimentais’ ou ‘criativas’ de apresentação de seus resultados de investigação, seja por razões epistemológicas, éticas, políticas e/ou estéticas. Antes de entender essas formas derivativas, é importante compreender os pressupostos da teoria narrativa em seu estado puro.

## **Ventos Pós-Modernistas II: A Virada Literária se Consolida**

Desde os acontecimentos acima descritos, as então ‘novas’ formas ‘experimentais’ de escrita que revelam e expõe perspectivas opressivas e assimetrias de poder se consolidam na academia. O apelo a essa reorientação fundamental, afastando-se de uma concepção tradicional de ciências sociais e aproximando-se da experimentação literária ou artística com discurso e com texto e com outros meios de comunicação não se restringe, naturalmente, à antropologia; estende-se a grande parte das ciências sociais.

### **A Virada Literária e a Antropologia**

Ir para o meio de um mato desconhecido estudar uma tribo remota é o que resume o trabalho de campo etnográfico e, por essa razão, está no cerne da atividade da antropologia cultural e social do último século, diz Robert Strikwerda (1998), professor associado de filosofia na Universidade de Indiana-Kokomo.<sup>3</sup> A etnografia tem sido primariamente recebida como o produto de um pesquisador: “a etnografia foi, e é, a condição *sine qua non* da antropologia cultural. Isso explica nosso status inicial e *networks* dentro de nossa profissão, nos legitima como antropólogos ‘reais’... e nos fornece os meios para sobreviver aos ditames de publicação da academia.” (Farrer, 1996, p. 170). Enquanto é tida como produto de um pesquisador a etnografia é relativamente livre de problemas, no entanto, quando considerada fundamento probatório para a teoria antropológica surge a controvérsia. A maior parte dos

---

<sup>3</sup> Sabe-se, entretanto, que o trabalho do etnógrafo vai muito além de estudar grupos indígenas isolados. O trabalho de campo etnográfico propicia ao pesquisador o conhecimento direto e experiencial de outras culturas. Para descrever o sistema de significados culturais em seus termos próprios, o etnógrafo realiza uma análise cultural dos dados. Essa análise refere-se a uma investigação sistemática para determinar suas partes e as relações entre as partes e destas com o todo. O conhecimento cultural dos informantes é organizado em categorias e todas elas estão relacionadas com a totalidade da cultura (Spradley, 1979).

debates se dão em relação às implicações dos resultados da investigação e não em relação aos resultados em si. As implicações, explica Strikwerda (1998), são as construções retóricas do antropólogo.

O argumento mais radical não é se a produção literária de textos antropológicos pode iluminar sua construção e sua recepção – sabe-se que pode – e sim, a respeito da capacidade dessas investigações de serem outra coisa senão ficção (Porter, 1984). O livro que melhor ilustra os conflitos provenientes dessa questão é o afamado *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*; editado por James Clifford e George Marcus. Publicado em 1986, foi considerado a interpretação mais completa e penetrante até então para a etnografia enquanto literatura. A obra traz uma coleção de artigos principalmente escritos por antropólogos, enfocando questões relacionadas ao caráter textual das etnografias. Os ensaios colocam a etnografia na intersecção da antropologia interpretativa, dos estudos culturais, da história social, da escrita de viagens, da teoria do discurso e da crítica textual. Eles lidam com questões de poder e poética em situações contemporâneas de globalização, pós-colonialidade e pós-modernidade.

Isto se dá, em grande parte, como uma resposta a uma crise que vinha sendo sentida há tempos. O caráter distintivo da antropologia, com seu foco em sociedades consideradas ‘primitivas’ ou ‘tradicionais’, estava se tornando gasto e desacreditado, o que era possível de perceber por meio da quantidade de críticas realizadas por profissionais influentes da área à disciplina, especialmente no tocante às inclinações de natureza imperialista e/ou neoimperialista. A crítica principal se dá em relação à suposta pretensão da antropologia em produzir relatos científicos objetivos considerados superiores ao conhecimento de nativos. A história contemporânea estava demonstrando que esses ‘nativos’ estavam começando a se posicionar e suas vozes estavam começando a ser ouvidas, desafiando assim a autoridade dos antropólogos e instituindo uma crise na área.

A resposta a esta crise apresentada por Clifford e Marcus e seus colaboradores foi a de abrir a fronteira entre a antropologia, as artes e as humanidades. Isso ocorreu em uma época em que a influência de teóricos franceses, especialmente de Derrida e de Foucault, crescia nesses campos; essa resposta foi um dos motivos que norteou a escrita do etnográfico nos textos que os antropólogos escrevem, e conseqüentemente na aplicação de várias formas de análise literária a esses textos.

Teóricos literários já tinham consciência disso. Havia argumentos céticos e relativistas (ou construcionistas) girando em torno de *Writing Culture* e das representações que vieram a ser assumidas por seus colaboradores. O problema está em transformar culturas humanas

vivas em textos escritos. A ideia de representação literal, objetiva ou transparente apresenta variáveis suficientes para ser rejeitada. Argumenta-se que todos os textos, inclusive os científicos, são de caráter constitutivo, isto é, eles constroem seus objetos e os significados desses objetos são inevitavelmente instáveis. Desenvolvimentos anteriores dentro da antropologia, como o estruturalismo de Lévi-Strauss e a abordagem ‘interpretativa’, ‘simbólica’ ou ‘semiótica’ de Clifford Geertz e de outros lançaram as bases que sustentam tratar cultura enquanto texto. Há mais de quarenta anos, Geertz (2002) já focava em símbolos e textos como meio de dissolver as fronteiras da antropologia com as humanidades. Ele divide o pós-modernismo na antropologia em dois movimentos. O primeiro gira em torno de questões essencialmente literárias, como autoria, gênero, estilo, narrativa, metáfora, representação, discurso, ficção, figuração e persuasão. O segundo movimento implica essencialmente a adoção de posturas políticas, como crítica aos fundamentos sociais da autoridade antropológica, aos modos de poder inscritos nas suas práticas, aos seus pressupostos ideológicos, à sua cumplicidade com o colonialismo, o racismo, a exploração e o exotismo, e à sua dependência das narrativas mestras ocidentais.

Outro tema importante abordado em *Writing Culture* é a estreita relação entre ‘poética’ e ‘política’, conforme exposto no próprio subtítulo do livro. A preocupação com os compromissos políticos da antropologia não é nada novo. Hammersley (2023) explica que isso vinha ocorrendo desde as décadas de 1960 e 70 com as contínuas lutas anticoloniais, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, bem como a ascensão da segunda onda do feminismo e de outros supostamente novos movimentos sociais.

A preocupação aparentemente aprofundou-se com a insistência de Michel Foucault na estreita relação entre conhecimento e poder. Com isso, ele desafia a ideia de que a busca e a recepção do conhecimento podem ser feitas de maneira autônoma e que seus efeitos são emancipatórios. Igualmente de relevância direta para a antropologia é o livro *Orientalism* de Edward Said (publicado em 1978). Nele o autor estabelece o termo ‘Orientalismo’ para servir como conceito crítico para descrever a representação e a retratação comumente desdenhosa do oriente pelo ocidente. Ao estabelecer uma ligação entre política e questões textuais, apoiado no pós-estruturalismo, afirma mostrar como a ideologia imperialista molda o trabalho acadêmico ocidental durante um longo período de tempo.

A ideia é compartilhada em *Writing Culture* nos textos que proclamam que “as restrições de gênero governam a composição das etnografias” e que essas restrições “afirmam, mesmo que apenas implicitamente, perspectivas coloniais e assimetrias de poder” (REES apud RABINOW et al., 2008, p. 5). Com efeito, argumenta-se que tais restrições deveriam ser

abandonadas e que permitir formas ‘experimentais’ de escrita serviria para desafiar perspectivas opressivas e assimetrias de poder.

Em *Writing Culture*, James Faubion (apud Clifford; Marcus, 1986) instrui o que chama de ‘desparoquialização da antropologia’. Trata-se da fratura irreversível que estava ocorrendo entre (uma parte da) geração mais velha de antropólogos, que defendia o projeto clássico, e (uma parte da) geração mais jovem, que se via compelida a ir além do que lhes parecia um repertório de conceitos já exaustivamente testados. Partia-se em busca de novas formas de praticar a etnografia, novas formas de produzir conhecimento antropológico sobre o mundo, entretanto, sem a ‘orientação paroquial’.

Naturalmente a publicação de *Writing Culture* não foi um fenômeno isolado, nem na sua insatisfação com o projeto etnográfico tradicional, nem em seu esforço para reconfigurar criticamente a prática da antropologia. Havia vários outros projetos críticos em sua tendência igualmente ‘desparoquializantes’ em andamento. Alguns exemplos se encontram na antropologia da identidade, no projeto emergente de cultura pública e na então florescente antropologia feminista (Fischer; Marcus, 1986). Levando em conta esses outros projetos, bem como seus antecessores, é possível começar a compreender as mudanças pelas quais a antropologia passou durante e desde a década de 1980.

### **A Virada Literária e a Historiografia**

Ao longo de sua própria história, a historiografia sempre produziu narrativas. Os historiadores que introduzem a teoria narrativa no campo científico da história não estavam interessados principalmente em métodos de análise de narrativas, e sim nas consequências de se elaborar narrativas de maneiras específicas, de se ver a natureza da história como um exercício de produção narrativa (Hyvärinen, 2010).

O foco principal no debate de longa data em torno da teoria narrativa da história permanece fixo nos problemas de representação do passado em formas narrativas, isto é, na narrativa como forma cognitiva. Não obstante, as sucessivas tentativas de se fazer uma distinção categórica entre a narrativa comum (a ficção) e a historiografia propriamente dita parecem culminar na questão da narrativa. Tanto o positivismo como os pensadores críticos da Escola Francesa dos Annales esforçaram-se em limitar o âmbito da narração na historiografia (Hyvärinen, 2010). Ironicamente, esta atitude cética em relação à narrativa como ferramenta cognitiva é continuada por um grupo de estudiosos chamados ‘narrativistas’, que inclui nomes proeminentes como Louis Mink, Hayden White e Frank Ankersmit. White e

Ankersmit, em particular, seguem o legado da narratologia francesa em termos do seu interesse teórico pela narrativa e pela sua ‘forma’, mas de uma maneira que os torna altamente céticos em relação à tradicional e ingênua historiografia narrativa (Hyvärinen, 2010). Dentro desse discurso, a narrativa é predominantemente entendida como imposta, externa e ideológica.

Consoante a esse discurso, o estilo de Foucault de escrever a história, por exemplo, não necessariamente flui com tempo cronológico, nem depende da descrição narrativa de uma sequência de eventos. Segundo Giddens (2007), ler Foucault é uma experiência desconfortável para aqueles que estão acostumados a modos mais ortodoxos de escrever história. Os temas sobre os quais escreve não são discutidos em ordem temporal e há quebras na descrição quando o leitor espera continuidade. Muito pouca indicação é dada sobre quaisquer influências causais que possam estar em ação nas mudanças que Foucault analisa. Por mais obscuras que suas reflexões epistemológicas possam muitas vezes ser, Foucault deixa bastante claro que esse estilo histórico de escrever deriva de uma visão particular tanto do tempo quanto da natureza histórica da escrita sobre a história. Para Foucault, o passado não é uma área de estudo formada pela secreção do tempo. Se o decorrer do tempo passado tem alguma forma, é a do entrelaçamento de camadas de organização epistêmica, camadas que precisam ser desenterradas por meio do que ele chama de arqueologia. Há mais do que um eco de Lévi-Strauss na visão de Foucault de que a história é uma forma de conhecimento entre outras e, naturalmente, como outras formas de conhecimento, um modo de mobilização de poder (Giddens, 1987).

Para Dray (1971) não há conexão necessária entre as ideias de história e de narrativa. Segundo ele, o trabalho histórico deve ser explicativo, e uma narrativa não é em si uma forma de explicação. Em seu seminal artigo, Dray distingue narrativas ‘simples’ de narrativas ‘significativas’ e sugere que uma narrativa histórica só pode ser explicativa se oferecer uma explicação causal. Apresenta um modelo de contingência que contém diversas ideias estruturais que colocam a narrativa em história em conflito lógico com o que chama de explicações intrusivas, aquelas que focam apenas nas falhas da continuidade narrativa. Uma narrativa torna-se explicativa quando pode incorporar contingências, que podem ser condições necessárias e não necessariamente causas. A história, ao contrário da ciência, luta pela unidade sintética e não pela remoção de todas as contingências do seu objeto. Conclui que o papel que a narrativa desempenha na consecução desta unidade merece maior atenção filosófica.

Christopher Norris (1984), em diversas ocasiões, admoesta os historiadores para não mexerem com a desconstrução pois, segundo ele, trata-se de um método de leitura que havia sido concebido para a interrogação de textos filosóficos, e seu poder reside apenas no terreno específico da filosofia (e possivelmente da literatura). De acordo com essa perspectiva, pode-se, com algum benefício, tratar uma obra histórica como um texto literário e pode-se aplicar abordagens desconstrutivas nela como uma forma de escrita; embora essas abordagens não possam alterar os significados no material de leitura (fontes) encontrado nos arquivos, a partir dos quais a obra histórica é (parcialmente) construída. Quem discorda de Norris deve considerar que sua forma de pensar fetichiza os arquivos e os transforma em um santuário de alguma forma impermeável não só às abordagens desconstrutivas, mas a quaisquer abordagens teórico-críticas.

Nem tudo que é escrito sobre história, no entanto, assume a forma de narrativa. Por exemplo, uma discussão crítica sobre fontes não necessita necessariamente estabelecer uma ligação entre ações em vários momentos no tempo. Contudo, quando se pensa a história como um processo no tempo, as ligações narrativas entram em jogo como um pressuposto que enquadra em si a compreensão do leitor. Pois a disciplina História, em seu conceito e em seu modo de pensamento, é caracterizada em sua forma contemporânea (integrando passado, presente e futuro) pelo princípio da configuração narrativa (Fulda, 2014).

Demonstrações da estrutura narrativa da historiografia têm sido abundantes desde a década de 1960. Baseiam-se em diferentes abordagens epistemológicas e, por vezes, baseiam-se nos argumentos umas das outras. Invariavelmente, elas não lidam com as características narrativas tradicionais da ficção (como o foco em personagens, intenções e interações bem elaboradas, cenários vividamente descritos, etc.), mas com a estrutura profunda da narrativa (que constitui a historiografia e) que trata a investigação histórica com uma agenda pós-narrativa, como a de orientação sociológica ou estruturalista (Fulda, 2014), em que a narração mostra-se uma forma explicativa particularmente adequada aos processos históricos.

De acordo com essa visão, o modelo narrativo de coerência funciona como uma forma conceitual no pensamento histórico, transformando acontecimentos “nus” e amorfos em história estruturada caracterizada pela continuidade e pelo desenvolvimento significativo (Fulda, 2014). Consequentemente, o próprio pensamento histórico assume genuinamente a forma geral de narrativa.

A percepção de que a narrativa é a estrutura geradora da história pode levar à conclusão de que a historiografia, assim entendida, está passando de uma disciplina acadêmica para um gênero literário. Tal visão não considera que a narração não é um

fenômeno exclusivo da literatura, e sim constitui um modo onipresente da vida real de compreender, estruturar, interpretar e transmitir experiências, conhecimentos, ideias e intenções reais ou imaginadas (Rüth, 2005).

A teoria da ficção opõe-se a tais argumentos apontando que a ficção cognitiva ou metódica difere da ficção literária, tanto na sua relação com a realidade como na sua pragmática. Quando a historiografia faz afirmações que vão além do que é fundamentado pelas fontes (mesmo que apenas utilizando os poderes de abstração da linguagem ou emprestando a estrutura das histórias narradas aos processos históricos), há uma expectativa de que o faça para desenvolver *insights* sobre a realidade de eventos passados.

Reunir narrativas historiográficas sistematicamente torna-se ainda mais difícil quando se estende para além dos textos históricos escritos. Isso se torna necessário, uma vez que o estudo acadêmico da história não possui o monopólio de obter e transmitir conhecimentos históricos. Segundo Philips (2013), uma narratologia abrangente da historiografia também teria de considerar fontes como programas de televisão, exposições de artefatos, e até mesmo reconstituições histórico-teatrais e muito mais, envolvendo-se assim com uma gama muito mais ampla de meios de comunicação do que apenas livros impressos.

Em 1979, Lawrence Stone publica *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*, em que detecta evidências de uma tendência que atraia muitos (então) ‘novos historiadores’ de volta a alguma forma de narrativa. Primeiramente esclarece que narrativa, para ele, é entendida como significando a organização do material em uma ordem cronologicamente sequencial e a concentração do conteúdo em uma única história coerente, mesmo que conte com subenredos. As duas maneiras essenciais pelas quais a história narrativa difere da história estrutural são que seu arranjo é descritivo e não analítico e que seu foco central está no homem e não nas circunstâncias. Portanto, trata do particular e do específico e não do coletivo e estatístico. A narrativa é um modo de escrita histórica, mas é um modo que também afeta e é afetado pelo conteúdo e pelo método.

Naturalmente, uma única palavra como ‘narrativa’, especialmente com uma história tão complicada, é inadequada para descrever o que é de fato um amplo conjunto de mudanças na natureza do discurso histórico. Há sinais de mudança no que diz respeito à questão central da história, desde as circunstâncias que rodeiam o homem até o homem nas circunstâncias; nos problemas estudados, desde os econômicos e demográficos aos culturais e emocionais; nas principais fontes de influência, desde a sociologia, a economia e a demografia até à antropologia e à psicologia; no assunto, do grupo para o indivíduo; nos modelos explicativos da mudança histórica, do estratificado e monocausal ao interligado e multicausal; na

metodologia, da quantificação do grupo ao exemplo individual; na organização, do analítico ao descritivo; e na conceituação da função do historiador, do científico ao literário (Iggers, 2005). Estas mudanças multifacetadas no conteúdo, objetivo, método e estilo da escrita histórica, que estão acontecendo todas ao mesmo tempo, têm afinidades eletivas claras entre si: todas elas se encaixam perfeitamente. Segundo Igger (2005), nenhuma palavra é adequada para resumir tudo e, portanto, por enquanto, ‘narrativa’ terá de servir como uma palavra-código abreviada para tudo o que está acontecendo.

### **A Virada Literária e as Ciências Sociais**

O que precede a instituição da virada literária na sociologia, em poucas palavras, é a metodologia vigente ao final da década de 1960 e o início da década de 1970, período caracterizado pela crise do consenso ortodoxo, momento em que surgiram críticas crescentes à abordagem quantitativa e abriram espaço para uma legitimação progressiva da abordagem qualitativa. Amplos debates epistemológicos e metodológicos ganharam uma nova perspectiva. O consenso ortodoxo concentrava-se em mecanismos que reduziam ou eliminavam a aleatoriedade e a multidirecionalidade da ação humana e, assim, impunham coordenação a forças que de outra forma seriam centrífugas; ordem sobre o caos (Bauman, 1988).

As novas formas de escrita desta (então) nova perspectiva eram constituídas considerando uma estratégia amplamente partilhada de análise da sociedade. Segundo Bauman (1988), tal sociedade, foi acordado, estava sujeita a processos de racionalização contínua, não necessariamente isenta de contradições e perturbações (ou, na verdade, de recuos temporários), mas suficientemente dominante para oferecer um quadro seguro perante o qual a informação sobre a realidade social poderia ser traçada.

O ingresso da narrativa na investigação social desponta, mesmo que hesitante, no início da década de 1980, com a publicação de *On Narrative*. O livro, editado por W. J. T. Mitchell e publicado em 1981, tem como meta primária refletir sobre os debates e acolher as contribuições de críticos literários, filósofos, antropólogos, psicólogos, teólogos, historiadores de arte, e romancistas. Sua intenção é dar continuidade ao pensamento sobre o problema da narrativa para além da província da estética. Os textos exploram o papel da narrativa nas formações sociais e psicológicas e, em particular, as estruturas de valor e cognição. A coleção de ensaios é uma tentativa ambiciosa de consolidar, ou até avançar, o campo da narratologia enquanto empreendimento genuinamente interdisciplinar (Miller, 1983).

A ideia de uma ciência social eticamente comprometida não é nova, mas tampouco é universalmente acolhida. Com o desaparecimento do positivismo e a consideração da neutralidade moral como sendo uma impossibilidade, a virada literária traz consigo a capacidade de autocompreensão que permeia muitas abordagens sociológicas contemporâneas. Segundo Tsilipakos (2001) a ideia mostra-se eticamente questionável somente na medida em que vai contra os compromissos morais constitutivos da vida acadêmica.

É um compromisso moral constitutivo dos sociólogos falar contra a injustiça (Burawoy, 2014). Tal afirmação foi recentemente reiterada por seu autor, que citou Pierre Bourdieu como exemplo de figura proeminente desta proposta. Ao refletir sobre ela parece chocar-se com o fato de que alguns dos intelectuais públicos mais conhecidos, e que mais se manifestam contra a injustiça podem ser linguistas, filósofos ou estudiosos da literatura que não aparentam derivar seus compromissos de suas disciplinas (Tsilipakos, 2021). Bourdieu crê que os modelos estruturais não devem ser substituídos, mas sim enriquecidos. Pós-estruturalistas como Bourdieu estão preocupados com a reflexividade e a busca pela prática lógica. Assim sendo, os relatos do comportamento e dos significados dos participantes não são objetivados pelo observador. Em geral, o pós-estruturalismo expressa o desencanto com modelos de cultura estáticos, mecanicistas e controladores, privilegiando, em vez disso, o processo social e a agência.

Os estudos sobre narrativa no campo da sociologia também enfocam o problema da identidade pessoal. Na sociologia do conhecimento de Luhmann (1989), esse problema é considerado como uma característica da sociedade moderna funcionalmente diferenciada que, ao contrário das sociedades pré-modernas, já não atribui uma identidade fixa aos seus membros com base no nascimento, classe, etc. A identidade torna-se assim uma realização pela qual o próprio indivíduo é responsável. A sociedade já não dá uma resposta à pergunta ‘quem sou eu?’, mas relega ao indivíduo a tarefa de encontrar a sua própria resposta. Para tal, o indivíduo moderno deve ter uma ideia muito clara de quais dos seus traços comportamentais são relevantes para a sua participação nos diversos setores da sociedade (política, academia, educação, economia, artes, etc.). Para Meuter (2014), hoje em dia, a necessidade de se ter identidades com múltiplas camadas que permitam a participação em vários ambientes sociais está consolidada. Consequentemente, o indivíduo contemporâneo só pode resolver o problema de sua identidade (abrangente) adotando uma auto-imagem enquanto ‘indivíduo individual’, isto é, um indivíduo com uma história de vida única e distintamente particular, cujo significado crucial resida em sua distinção de outras histórias de vida (Meuter, 2014). Assim,

o conceito contemporâneo de identidade do indivíduo é articulado principalmente por intermédio da narrativa. As formas narrativas, com as suas estruturas inerentes de temporalidade e significado, parecem prestar-se particularmente bem a solucionar questões relativas à própria identidade (individual). Assim, passa a ser possível, em uma mesma história, mudar, desenvolver e integrar transições repentinas (peripeteia) e, de alguma forma, permanecer-se o mesmo.

Em 1987, o sociólogo britânico Anthony Giddens publica *Social Theory Today*, livro em que fornece um levantamento abrangente das mudanças e viradas da época apoiando-se em tendências (então) atuais de desenvolvimento do pensamento social. O conteúdo do livro abrange de forma sistemática as principais tradições da teoria social proeminentes dos anos 1980. Entre os temas abordados estão as relações entre a teoria social moderna e o pós-estruturalismo, a etnometodologia, o marxismo e a teoria crítica, entre outros temas.

Sem medo de controvérsia, e talvez desejando-a, Giddens escreve: “O estruturalismo e o pós-estruturalismo são tradições de pensamento mortas” (1987, p. 195). Explica que nenhum deles, em última análise, conseguiu gerar a revolução na compreensão filosófica e na teoria social que outrora fora o seu compromisso. Na obra Giddens se propõe não tanto a escrever o obituário dessas ideias, mas a indicar o que elas legaram em relação às posses intelectuais que ainda tem potencial para serem bem utilizadas. Embora não tenham transformado o universo intelectual da maneira tantas vezes reivindicada, não obstante, tanto estruturalismo quanto pós-estruturalismo chamaram a atenção para alguns problemas de importância considerável e duradoura. Giddens duvida que alguma vez tenha existido um corpo de pensamento suficientemente coerente para ser designado ‘estruturalismo’, e muito menos para a denominação ainda mais vaga de ‘pós-estruturalismo’. É verdade que a maior parte das figuras de destaque normalmente agrupadas sob estes rótulos muitas vezes rejeitaram esses termos por se aplicarem de forma significativa aos seus próprios esforços. Saussure, comumente considerado o fundador da linguística estruturalista, quase não usa o termo ‘estrutura’ em sua obra. Lévi-Strauss, em certo momento, promoveu ativamente a causa antropologia estrutural (embora tenha sido mais cauteloso ao caracterizar sua própria abordagem dessa maneira ao longo da última parte de sua carreira). Barthes pode ter chamado de estruturalistas os seus primeiros escritos (influenciados em grande parte por Lévi-Strauss), porém mais tarde em sua carreira certificou-se de tornar sua conexão com o movimento bastante remota. Foucault, Lacan, Althusser e Derrida divergem radicalmente tanto das ideias principais de Saussure e de Lévi-Strauss como entre si. Giddens conclui que a homogeneidade

necessária para se falar de uma tradição distinta de pensamento parece quase totalmente ausente quando se fala em pós-estruturalismo.

De especial interesse para a relação entre sociologia e narrativa estão algumas das características que Giddens coloca como persistentes e definitivas do pós-estruturalismo:

uma ênfase na natureza relacional das totalidades ligada à tese do caráter arbitrário do signo, juntamente com uma ênfase na primazia dos significantes sobre o que é significado; o descentramento do sujeito; uma preocupação peculiar com a natureza da escrita e, portanto, com os materiais textuais; e um interesse no caráter da temporalidade como de alguma forma constitutivamente envolvida com a natureza dos objetos e eventos (1987, p.196)

Dentre essas características, o descentramento do sujeito, em particular, emerge e é tratado sob diversas formas na literatura pós-estruturalista. Foucault escreve como historiador, e é sobretudo em sua obra que são explorados os temas da temporalidade e da análise estrutural. A crítica de Foucault à ‘história contínua’ está, em sua opinião, intimamente relacionada com a necessidade de descentrar o sujeito (Giddens, 2007). Em sua discussão sobre o início e o fim da era do homem, o descentramento do sujeito é tratado principalmente com um conjunto de observações históricas sobre o desenvolvimento da filosofia ocidental e da cultura ocidental como um todo. Em Barthes, é tratado com uma série de afirmações sobre a natureza dos autores em relação aos seus textos. Em Lacan, faz parte de uma tentativa de reelaborar os principais conceitos da psicanálise dando, naturalmente, especial atenção à ideia de que o inconsciente exemplifica certas características da linguagem (Giddens, 1987). Lévi-Strauss escreveu menos explicitamente sobre o descentramento do sujeito quando comparado a maioria dos seus sucessores, no entanto, em certos aspectos, os seus escritos têm sido o principal elo mediador entre Saussure e as críticas ao humanismo na filosofia pós-estruturalista.

Em 1988, o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman publica seus pensamentos sobre sociologia e pós-modernidade. Afirma que o discurso da pós-modernidade e a sua legitimidade são de importância crucial para o futuro da sociologia. Segundo ele, se a pós-modernidade significa o que os conceitos atuais – dos anos 1980 – implicam, ou seja, uma reforma da cultura, da percepção do mundo, e da postura intelectual, então a sociologia enfrenta a tarefa de um ajustamento essencialmente estratégico. Bauman defende que a sociologia deve se tornar ressonante com a (então) ‘nova’ cultura pós-moderna, e deve romper as suas ligações com as premissas ontológicas e epistemológicas do modernismo. Em outras palavras:

Deve transformar-se numa sociologia pós-moderna. Em particular, deve seguir outros elementos da cultura pós-moderna, aceitando (tanto na teoria como na prática) a autocontenção e a auto-fundação da produção e reprodução de

significados. Deve abandonar a sua identidade tradicional de um discurso caracterizado por uma tentativa de descodificar tais significados como produtos, reflexões, aspectos ou racionalizações de figurações sociais e suas dinâmicas. (1988, p. 790)

Bauman (1988) acredita que a sociologia pós-moderna não possui o conceito de pós-modernidade. Suspeita que seria difícil para a sociologia gerar e legitimar o conceito de pós-modernidade sem se transformar radicalmente. Justifica declarando que é precisamente porque está tão bem adaptada ao cenário cultural moderno que a sociologia pós-moderna (apesar da sua tendência de argumentar a não-universalidade da verdade em termos universalistas) não pode conceber-se como um evento na história (Bauman, 1988). Ademais, sugere que a sociologia pós-moderna pode ser mais bem compreendida como uma representação mimética da condição pós-moderna. Segundo ele, o sociólogo pós-moderno deve ‘dar voz’ às culturas que, sem a sua ajuda, permaneceriam entorpecidas ou inaudíveis. Isso reitera o compromisso ético, reflexivo e compreensivo da sociologia pós-moderna.

Por outro lado, o sociólogo e filósofo francês Jean-François Lyotard refere-se (desdenhosamente) às relações da sociologia com a virada literária como ‘jogos linguísticos’. Segundo ele, o advento da pós-modernidade relaciona-se à dissipação de apenas uma hierarquia, a dos ‘jogos linguísticos’. Ele acredita que a (então) ‘nova’ liberdade e independência dos jogos linguísticos seja em si um resultado da dissociação entre (por um lado) a esfera comunicativa e (do outro) a dominação política e econômica. Para ele, tal dissociação é, por sua vez, o resultado da decomposição da hierarquia das funções sistêmicas (ele se refere em particular, a erosão do domínio da economia sobre a política e do domínio das ideias). Sendo assim, a cultura teria se tornado sistemicamente irrelevante. Em sua visão: “A emancipação da cultura da sua função sistêmica anteriormente desempenhada tornou acessível a sua desmontagem num agregado de jogos linguísticos” (Lyotard apud Bauman, 1988, p. 802). Para Bauman (1988), o tratamento dos fenômenos pós-modernos como disfuncionais, degenerativos ou de outra forma ameaçadores para a sobrevivência da sociedade é justificado por qualquer coisa, exceto pela pressão da memória histórica, ou pela relutância em abandonar-se um modelo teórico que serviu tanto ao seu propósito. Bauman (1988) sugere que a pós-modernidade (ou qualquer outro nome que venha a ser escolhido para designar os fenômenos que ela denota) é um aspecto de um sistema social plenamente desenvolvido e viável que veio substituir a sociedade capitalista moderna ‘clássica’ e, portanto, precisa ser teorizado de acordo com sua própria lógica.

### Críticas à Virada Literária

Uma das críticas à virada literária é que a narrativa se tornou nada mais do que uma série de signos linguísticos. O que significa adentrar o território do indeterminismo literário. Assim, passa a ser questionável ‘caracterizar’ um ‘personagem’ em um texto linguístico. Torna-se igualmente questionável caracterizar (com linguagem) o autor como ‘originador’ ou ‘criador’ de qualquer texto; pois nem suas intenções, nem seu próprio ser possuem relação específica com o texto. Enquanto tradicionalmente uma narrativa era, em certo sentido, definida, pensava-se naquilo que veio antes dela (um mundo fora dela, um autor fora dela, as ideias de um autor sobre o que ambos significam), o indeterminismo contemporâneo começa a dizer que uma narrativa deve ser descrita em termos do que vem depois dela, isto é, pelo papel de seu leitor e pelo processo da leitura. Nesta indeterminação do texto, pode-se encontrar uma indecidibilidade nas relações entre textos e entre enunciados (o que se pode chamar de indeterminação ‘intertextual’) e uma indecidibilidade situada entre um texto e as coisas às quais ele parece referir-se como estando fora dele (uma indeterminação ‘extratextual’) (Nash, 1990).

Por um lado, tem-se a indeterminação intertextual; a função da multiplicidade de relações possíveis entre signos. Por essa lógica, em última análise, até mesmo o leitor, que se aproxima do texto já é, ele próprio, uma pluralidade de outros textos, de códigos infinitos ou, mais precisamente, perdidos.

Por outro, tem-se a indeterminação extratextual, que argumenta (citando as relações arbitrárias entre todos os signos e seus referentes, bem como entre cada significante e significado) que, uma vez que discernimos o que as palavras significam apenas pela sua ‘diferença’ de outras palavras, e uma vez que, portanto, elas sempre carregam os ‘vestígios’ latentes daquilo que não significam; as palavras, na verdade, evocam não a presença dos acontecimentos (que, de qualquer maneira, nunca conseguem tornar fisicamente presentes), mas a sua ‘ausência’. Os textos ‘deferem’ perpetuamente significados fixos e finais. Eles geram apenas ‘espaço’ e movem-se sempre em direção ao ‘silêncio’. Portanto, não se trata de um problema de proliferação de ‘coisas dadas’ possíveis, mas antes (na medida em que um signo sempre significa apenas algo diferente de si mesmo) do problema que signos, textos, são sempre abismos abertos entre eles próprios e as coisas as quais eles parecem se referir. Assim, as narrativas, por sua própria natureza, enquanto conjuntos de signos, nada criam além de si mesmas. E neste sentido, em última análise, não existe narrativa, pois ela se autodestrói.

Essas expressões clássicas desses tipos de indeterminismo são frutos autóctones de Derrida (tangenciando Barthes e Kristeva).

Talvez seja hora de perguntar se não estamos nos comportando de maneira dissimulada quando fingimos que tal ideia de “escrita radical” fornece as condições (uma “lógica”, digamos) para a crítica literária, social, política ou qualquer outro tipo de crítica que possamos fazer. pode nomear. Entretanto, os escritores satisfeitos por verem os seus textos considerados como dizendo tudo e qualquer coisa, ou como dizendo (igualmente) o inverso daquilo que “superficialmente parecem” desejar dizer, ou que gostam de ser tratados como isentos de responsabilidade e, na verdade, como gratuitos e felizmente apêndices espúrios removíveis sem dor de seus textos podem descansar o conteúdo. Os outros inquietos preparar-se-ão para tomar medidas correctivas, sabendo que “o Leitor” para quem o jogo infinito de significações iguais poderia ser uma realidade é em si uma ficção, a consequência de um delírio intelectual histórico local do qual está dentro do poder da cultura despertar. (NASH, 1990, 221)

É verdade que algumas dessas formas de representação são por vezes adotadas com o intuito de envolver de forma mais eficaz algum público-chave. Para entender melhor esta liberdade de uso, é necessário entender sua proximidade com a iniciativa de sensibilização. As vezes essa forma de apresentação da investigação pode assumir o que está próximo de um disfarce de celebração; celebração de formas consideradas ‘subalternas’ de conhecimento ou de formas ‘novas’ em detrimento de formas ‘antigas’ ou ‘antiquadas’.

É importante sublinhar que existem tensões entre essas ideias. Há, por exemplo, um flagrante contradição entre o relativismo ou o ceticismo, por um lado, e a epistemologia de ponto de vista, por outro (Hammersley, 2023). Além disso, uma vertente importante que sustenta a virada literária tem colocado a ênfase na importância e no valor da experiência subjetiva e/ou individual (seja dos investigadores e/ou daqueles que eles investigam). Sendo assim, isto estaria potencialmente em desacordo com os pressupostos construcionistas de alguns estruturalistas e de alguns pós-estruturalistas (ver o caso de Bakhtin e sua maneira de tratar toda a experiência como sendo socioculturalmente e politicamente constituída).

### Considerações Finais e Perspectivas de Futuro

Em dezembro de 2019 é realizada na Universidade de Gênova a conferência internacional A condição pós-moderna: quarenta anos depois. A conferência aproveita o quadragésimo aniversário da publicação de A condição pós-moderna, de Jean-François Lyotard, como estopim para relançar o debate, ainda atual e em curso, sobre o significado da pós-modernidade, o fim do pós-modernismo, e o advento de novas estéticas, filosofias e ‘estruturas de sentimentos’ sociais que superam (ou tentam superar) o paradigma pós-

moderno. Os anais da conferência são publicados em forma de um livro que, por um lado, busca a análise da vitalidade, do legado, da atualidade e do processo historicizante da pós-modernidade e do pós-modernismo; e por outro, busca a análise do debate sobre a crise do paradigma pós-moderno e do advento de novos quadros conceituais, muitas vezes nascidos como recusa direta do discurso crítico e da filosofia pós-modernos.

Possivelmente, alguns acreditam que o período pós-modernista tenha acabado. A maioria, provavelmente, diria que, ou não acabou completamente, ou ainda existe e/ou resiste em algum lugar; ou que simplesmente tenha entrado em uma condição de dormência temporária; ou, ainda, que tenha mudado de aparência apenas o suficiente para que a pressa em se livrar dele impeça de reconhecer o disfarce.

A aceitação da virada literária estaria ligada então à aceitação do incompreensível? Apesar das dissensões, um dos pontos de convergência está em atrelar o futuro da virada literária ao futuro do pós-modernismo. Assim como realismo suplantou o romantismo e o modernismo suplantou o realismo, algo suplantará o pós-modernismo. Ouve-se falar em pós-pós-modernismo, metamodernismo, hipermodernismo... Seja o que for que suplantará o pós-modernismo, suplantará também a virada literária.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland; DUISIT, Lionel. An introduction to the structural analysis of narrative. *New Literary History*, v. 6, n. 2, p. 237-272, 1975.
- BAUMAN, Zygmunt. Sociology and postmodernity. *The Sociological Review*, v. 36, n. 4, p. 790-813, 1988.
- BURAWOY, M. Sociology as a vocation: moral commitment and scientific imagination. *Current Sociology*, v. 62, n. 2, p. 279-84, 2014.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Los Angeles: University of California Press, 1986.
- DRAY, William. On the nature and role of narrative in historiography. *History and Theory*, v. 10, n. 2, p. 153-171, 1971.
- FARRER, C. R. Orthodoxy and heterodoxy: locating ethnography. *American Anthropologist*, v. 98, n. 1, p. 170-172, 1996.
- FISCHER, Michael J.; MARCUS, George E. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1986.
- FULDA, Daniel. Historiographic Narration. In: HÜHN, Peter; MEISTER, Jan; PIER, John; SCHMID, Wolf. *Handbook of Narratology*. Berlin: De Gruyter, 2014.

GEERTZ, Clifford. An inconstant profession: the anthropological life in interesting times. *Annual Review of Anthropology*, v. 31, p. 1-19, 2002.

GIDDENS, A. Structuralism, Post-structuralism and the Production of Culture. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (eds.). *Social Theory Today*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

GIDDENS, A. *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge: Polity Press, 2007.

HAMMERSLEY, Martyn (2023). Rewriting social science: the literary turn in qualitative research. *Qualitative Inquiry* (early access).

HYVÄRINEN, M. Revisiting the narrative turns. *Life Writing*, v. 7, p. 69-82, 2010.

IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Middletown: Wesleyan University Press, 2005.

KANG, M.; LESSARD, D.; HESTON, L.; NORDMARKEN, S. *Introduction to women, gender, sexuality studies*. Amherst: Univ. of Mass. Amherst Libraries, 2017.

KUZNAR, L. A. *Reclaiming a scientific anthropology*. Lanham: AltaMira Press, 2008.

LaCAPRA, Dominick. *History in transit: experience, identity, critical theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

LUHMANN, Niklas. Individuum, individualität, individualismus: gesellschaftsstruktur und semantik. *Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*, v. 3, p. 149-258, 1989.

MERTON, Robert K. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

MEUTER, Norbert. Narration in various disciplines. In: HÜHN, Peter; MEISTER, Jan; PIER, John; SCHMID, Wolf. *Handbook of Narratology*. Berlin: De Gruyter, 2014.

MILLER, Owen. Review of On Narrative. *Narratology*, v.17, n. 2, p. 294-297, 1983.

MITCHELL, M.; Egudo, M. *A review of narrative methodology*. Edinburgh: DSTO Systems Sciences Laboratory, 2003.

MITCHELL, W. J. T. *On narrative*. Chicago: Chicago University Press, 1981.

NASH, Cristopher. *Narrative in culture: the uses of storytelling in the sciences, philosophy, and literature*. London: Routledge, 1990.

NORRIS, Christopher. *The deconstructive turn: essays in the rhetoric of philosophy*. North Yorkshire: Methuen Publishing, 1984.

PHILIPS, Mark Salber. *On historical distance*. New Haven: Yale University Press, 2013.

*Rev. Interd. em Cult.e Soc. (RICS)*, São Luís, v.10, n. 2, jul/dez.2024  
ISSN eletrônico: 2447-6498

PORTER, D. (1984). Anthropological tales: unprofessional thoughts on the Mead/Freeman controversy. *Notebooks in Cultural Analysis*, v. 1, p. 15-37, 1984.

RABINOW, Paul; MARCUS, George E.; FAUBION, James D.; REES, Tobias. *Designs for an anthropology of the contemporary*. Durham: Duke University Press, 2018.

REINELT, Janelle. Zeitgeist. *Contemporary Theatre Review*, v. 23, n. 1, p. 90-92, 2013.

REISS, J.; SPRENGER, J. Scientific Objectivity. In: ZALTA, E. (eds.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2020 Edition). 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/scientific-objectivity/>. Acesso em: 05 maio 2024.

REYNOLDS, Colin; YATSUHASHI, Andrew; FERRO, Dominic. *Is science truly unbiased and impersonal?* Introduction to the History of Science & Technology. Worcester Polytechnic Institute, 7 Sep. 2018. Disponível em: <https://wp.wpi.edu/introhist/2018/09/07/is-science-truly-unbiased-and-impersonal/>. Acesso em: 08 maio 2024.

RÜTH, Axel. *Erzählte geschichte: narrative strukturen in der französischen annales-geschichtsschreibung*. Berlin: De Gruyter, 2005.

TSILIPAKOS, Leonidas. The idea of an ethically committed social science. *History of the Human Sciences*, 2021. Disponível em: [oai:research-information.bris.ac.uk:publications/c21411aa-c0db-4472-a805-6cae0fcb994b](https://oai.research-information.bris.ac.uk/publications/c21411aa-c0db-4472-a805-6cae0fcb994b). Acesso em: 10 maio 2024.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.

SPRADLEY, James P. *The ethnographic interview*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. *Past & Present*. n. 85, p. 3-24, 1979.

STRIKWERDA, Robert A. Falsification and fieldwork in recent American anthropology. ISSA - international society for the study of argumentation. Proceedings 1998. *Rozenberg Quarterly*. 1998.